



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1979

ANO V

PARECER:

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 133/79 - Orçamento Plurianual de Investimentos 1980/82, oriundo da Mensagem n.º 98/79, que encaminha o Plano Plurianual de Investimentos para o período de 1980/82.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado Antonio Facci

### I - RELATÓRIO

O Poder Executivo, através da Mensagem n.º 98/79, encaminha em consonância com os dispositivos constitucionais, para apreciação desta Assembléia Legislativa, o Plano Plurianual de Investimentos para o triênio 1980/82.

O processo em causa passou a constituir o Projeto de Lei n.º 133 de 1979 e traz no seu bojo o Plano do Governo para o referido período, como justificativa de toda uma estratégia.

Mais uma vez deparo-me com o estudo e análise de Projeto de Lei de tão grande relevância para o desenvolvimento econômico-social e político.

Confesso que, tanto estático e perplexo ante tão emaranhada profusão de códigos e números, tabelas, cifras, programas e subprogramas, quadros e anexos que compõem o referido plano de lei, peças previsionais e projeções fabricadas em laboratório de excessivo tecnicismo, vejo-me quase forçado a buscar na imaginação a "Pedra de Rosetta", a fim de que me possibilite decifrar, com certa clareza, a ação governamental consubstanciada nesta Esfinge Financeira e Administrativa, cognominada Orçamento Plurianual de Investimentos.

Ao lado do Orçamento anual, existe no Paraná também o "Orçamento Plurianual de Investimentos", segundo o terminologia da Constituição Estadual (Arts. 31 e 47, inciso 8.º).

Atualmente, a participação do Legislativo na feitura de Orçamento Plurianual de Investimentos é quase nula. É um ato apenas do Executivo. A votação nesta Assembléia apresenta-se como uma simples chancela formal. Parece até uma farsa, quando sabemos que as tarefas Orçamentárias figuram entre as mais importantes do Poder Legislativo em todos os Países democráticos. Isto é uma verdadeira aberração, quando se considera a importância cada vez maior do orçamento, a multiplicidade de suas funções e os seus avanços técnicos.

Concordo com a premissa governamental ao determinar que a política "que norteia a ação do Governo é de enfoque predominantemente social". Contudo nos resguardamos em acreditar, porquanto o Governo anterior dava também como prioridade do HOMEM PARANAENSE, plagiando o II PND, e o que se verificou é que poucos verdadeiramente foram atendidos e muitos foram frustrados na satisfação até das mínimas necessidades.

Já estou cansado de formulações e reformulações mirabolantes! Esgotando os planos, definindo prioridades, estudando meios, estabelecendo metas, enfim, detalhando o que seria verossímil para o paranaense, embora o que se estuda, define, especifica ou reavalia é distorcido, experimentado, engodado, redistribuído, apadrinhado, sem se ater aos efeitos reais de felicidade do povo, com a determinação demagógica de continuidade elitista.

O que frustra, nestes primeiros meses de governo, é que se falou apenas de planos ou promessas para o futuro. Ora, se já em meados do ano transato o atual mandatário já estava indicado para o Governo do Paraná, porque não se buscou estabele-

cer uma continuidade administrativa, já que não era uma oposição que assumia. Assim parece que o governo somente começará a agir A PARTIR DE JANEIRO DE 1980, ficando então 1979, como interregno governamental, contudo com uma continuidade, isto, sim, a do sofrimento do povo.

Se analisarmos o plano de governo mais detidamente, nota-se que quem realmente governa, são as ENTIDADES INDIRETAS, pois de um total orçado de 92,1 bilhões de cruzeiros, os orçamentos das mistas (como as chamadas o Sr. Secretário de Planejamento), engloba 50,5 bilhões de cruzeiros, isto é 54,72% do total orçado. Será que isto serve para melhor administrar? Ou para dificultar o controle legislativo sobre a aplicação orçamentária, já que enquanto a remuneração dos servidores da administração direta, dificilmente chega as 50 mil cruzeiros mensais, os executivos das empresas de economia mistas, enfim da administração indireta, muitas vezes ultrapassam a 100 mil cruzeiros mensais.

O Estado Moderno, de acordo com o pensamento dos tratadistas, exerce, atualmente, uma função eminentemente intervencionista, não somente na área de planejamento, mas também como produtor de bens e serviços. Toda e qualquer política econômica deve estar voltada ao processamento dos meios que venham satisfazer às necessidades humanas, individuais e coletivas.

A realidade social está em permanente transformação, determinando que qualquer postulado econômico seja historicamente relativo. As necessidades são inerentes ao homem e para estas necessidades sempre existe um bem que possa satisfazê-las, cabendo à política econômica ditada pelo Estado, promover uma justa distribuição entre os mais necessitados.

Ao Estado cabe, antes de tudo, o planejamento da Política Econômica. Este planejamento assume duas características importantes:

a) a de processo, que se relaciona com a vigência e a continuidade;

b) como sistema — atem-se com um conjunto de organizações que contribuem para um resultado.

A ação planejada adveio da ampliação quantitativa e qualitativa das funções do Estado Moderno Intervencionista, pregado não só pelos socialistas, mas também pelos próprios neo-liberais, determinando maiores parcelas de responsabilidade pelo atendimento das necessidades fundamentais, objetivando o desenvolvimento econômico voltado para o bem-estar da coletividade.

O planejamento mantido pelo Estado não visa se autolimitar, mas antes de tudo, definir metas, dentro dos recursos disponíveis, para que a Política Econômica seja uniforme em todas as frentes dos meios de produção, tanto públicos, como principalmente, privados.

A exemplo do que acontecia em outros países, o Brasil, visando facilitar a implementação de planos, adotou um documento, ora exigido por Lei, como instrumento de administração, alocando os recursos, definindo metas a nível de projetos e vigência para mais de um ano. Assim surgiu o Orçamento Plurianual de Investimentos.

Até então o Orçamento Anual, restrito que é, mais aos aspectos financeiros, aparecia como o único meio manifesto de uma planificação. O OPI veio ampliar o conceito tradicional, abrangendo o aspecto macroeconômico, social e político da administração pública, direta ou indireta, consubstanciando até diretrizes para as empresas privadas, assumindo características globais, setoriais e regionais.

## II – PARTICIPAÇÃO DO LEGISLATIVO NA EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Na Grã-Bretanha, já no século XVII, existia um rudimento do sistema orçamentário. Nesta época possuía a tradição do funcionamento parlamentar, historicamente denominado “Parlamento do Simon de Manfort”, por ter sido convocado por este Nobre, no qual pela primeira vez os comuns se reuniram com os Nobres.

Através das “petitions of Rights”, os barões feudais, conseguiram convencer Guilherme de Orange e a Rainha Ana a aceitar, como fundamento de governo, a regra de que nenhuma receita para o erário real fosse cobrada, sem que houvesse uma prévia autorização do Parlamento.

No início deste século, o Primeiro governo Liberal da Inglaterra, através do Chanceler do Erário, utilizou o orçamento como instrumento de redistribuição de riqueza acumulada em pequena faixa da sociedade, antecipando-se à teoria de Keynes, que comente na década de 30 a esposaria como único meio de sair da crise econômica em que se encontrava o mundo capitalista.

Assim é claro que o orçamento como meio de planejamento governamental, instituído inicialmente como meio de limitar os atos do poder, através dos Paramentos, veio determinar-se como instrumento de planejamento visando o enfoque de predominância social.

No Brasil, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, conhecido como “Plano Especial”, aprovado pelo Decreto Lei n.º 1058 de 19 de janeiro de 1939, marca o início da era empírica. Todavia, ao prognosticar a exigência de um plano governamental, por outro lado, faltavam informações e técnicas necessárias para adequação dos meios e fins. A ausência de projeto como instrumento de planejamento era óbvio. Seguiram-se o Plano Salte e o Programa de Metas, os quais encontravam os mesmos óbices do Plano Especial, ou seja, eram inócuos na sua base.

Somente com a Constituição de 1946, é que se daria um alento do Planejamento, embora, ainda de modo empírico preferido “o escarmentado com a ausência da ação, por um lado, e a descontinuidade administrativa, por outro”.

A passagem da fase empírica para a científica é determinado por dois eventos, na história do planejamento brasileiro: 1952 – criação do BNDE e o Plano de Ação posto em execução pelo Governador Carvalho Pinto em São Paulo (1958/1962).

A administração pública brasileira, até hoje não encontra meios de racionalizar o planejamento com a modernização administrativa, embora antevemos uma melhor compreensão do que a Inglaterra já tinha no início do século, ou seja, o Orçamento antes de tudo deve ser um instrumento administrativo para viabilizar a ação governamental no sentido de satisfazer às necessidades do homem.

O planejamento nunca poderá determinar a consubstanciação de idéias de um ou de alguns poucos, pois aí faltarão informações específicas da sociedade, as quais só poderão ser prestadas, autenticamente, ou através de todos, perguntando a cada um, ou então, por intermédio dos representantes populares. Assim foi nas nações que souberam desenvolver social e economicamente assim só poderá ser em nosso País.

Constando a importância do orçamento no papel do desenvolvimento, desde que ele se encontre dentro das estruturas de um planejamento embasado nas necessidades, realista nos recursos e confiável na avaliação. “Servindo a diversos propósitos, um orçamento pode ser muitas coisas: um ato político; um plano de trabalho; uma predição; uma fonte de esclarecimento; UM MEIO DE OFUSCAÇÃO; UM MECANISMO DE CONTROLE; UMA FUGA ÀS RESTRIÇÕES; UM MEIO DE AÇÃO; UM FREIO NO PROCESSO e mesmo uma prece que, com seus poderes, irá de encontro à melhores aspirações de homens falíveis”.

O documento que ora se analisa, cresce de importância por trazer todo um programa de governo que se inicia, definindo que aí “nasce as responsabilidades dos dirigentes, pelo volume de recursos que serão retiradas das pessoas físicas e jurídicas sob a forma de impostos e taxas, sobre cuja utilização devem prestar contas.

Mas, ao mesmo tempo em que este Plano de Lei Orçamentário Plurianual cresce de importância por encerrar em seu contexto um Plano de Governo, de outra parte temos imperiosa necessidade de reconhecer que os Orçamentos Plurianuais, pela complexidade com que se apresentam, tendem a permanecer inócuos administrativamente.

Fato visto pelas conclusões de recente pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Orçamento Público, a nível municipal nas principais cidades brasileiras, onde ficou suficientemente esclarecido que a grande maioria das Prefeituras não elabora o Orçamento Plurianual, estando, também evidenciado a elaboração por parte de algumas para estrito cumprimento da Legislação, não sendo em nenhum caso obedecido o contido nestes planos.

Se atentarmos com maior seriedade para o Diploma que nos é dado a analisar, verificaremos que o Poder Executivo pretende abranger, englobadamente, em um único documento um rol de intenções que, não necessariamente deva ser cumprido, pela amplitude polifacética do seu conteúdo.

Voltamos, pois, com o Orçamento Plurianual de Investimentos, a viver o clima de irreabilidade orçamentária.

Feito este intróito, excursionarei, mais detalhadamente, pelos obscuros e complexos caminhos deste Projeto:

### III – POSICIONAMENTO FACE À VALORIZAÇÃO DO HOMEM

Já nos prolegomenos da mensagem 98/79, o Sr. Governador do Estado assevera que as Diretrizes do seu Governo são fundadas na valorização da Pessoa Humana, e que todo o esforço governamental estará voltado para o “incremento e difusão espacial do bem-estar e para o aumento da renda real pessoal dos brasileiros do Paraná”, tentando, por óbvio justificar essa sua programação trienal numa diretriz de valorização do homem.

Após afirmar, peremptoriamente que o crescimento e sobretudo o desenvolvimento social não são obtidos e nem acelerados por intermédio de investimentos, enumerando diversas áreas entre as quais as da Saúde e Assistência Social, esclarece categoricamente que em verdade “justamente os dispêndios de custeio é que possibilitam a ampliação e o aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade”. Após essas assertivas, crê haver oferecido à consideração da Assembléia Legislativa, o que classifica de “uma visão completa e particularizada da composição dos dispêndios dos próximos três anos de Governo.”

Todavia, o que se vê, é a elaboração de uma síntese irreal elaborada sobre uma programação irreal que é baseada em dados irreais!

De outra parte, salta aos olhos a incapacidade técnica de projetar em números a previsão inflacionária para o próximo triênio, pois mesmo se apresentando com algum grau de dificuldade, poderiam os paranaenses basear-se nos índices fornecidos pelo Governo Federal, quando do encaminhamento de mensagem análoga ao Congresso Nacional.

Há que reconhecer, de outra forma, que a apresentação deste documento fornece abordagens estatísticas, com aspectos e características do Paraná que podem orientar nosso posicionamento em relação ao atual estágio em que se encontra o nosso Estado, num sentido global, embora a rápida visão com que esses dados nos são ofertados.

Nota-se, para exemplo, nas informações oferecidas em gráficos originado no IPARDES, que a renda **per capita** da Região Sul, decresceu no período 1974/1976, enquanto que no Paraná

experimentou pequena elevação, muito embora ainda se apresente em situação quase estacionária.

Pela composição etária da população, ao tempo em que sabemos ser o Paraná formado de jovens, sobrevem justa apreensão pelo pouco que se lhes oferece em termos de futuro.

Verifica-se, ainda, que é vertiginoso o crescimento populacional urbano, partindo de 1940 de 24,4% e chegando ao fim desta década a quase 50%, sem que estejamos estruturados suficientemente para absorver este contingente.

#### IV — RECURSOS HUMANOS

Dentro dos objetivos e ação do Governo para aumento da renda pessoal, pouco se fala da efetiva participação da Secretaria de Recursos Humanos, embora esta tenha sido reformulada recentemente, com a criação da "FIDEPAR", órgão ao qual deverá caber a execução de grande parte da programação aqui apresentada.

Todavia, embora os títulos dedicados à apreciação "estímulo à geração de novos empregos", "Capacitação e orientação profissional", "Contribuição indireta ao aumento da renda pessoal", e outros intimamente ligados com o título "GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS", mereçam destaques especiais, estranhamente, a este último, pouco mais de cinquenta linha, em acanhada exposição contida à página 113.

Nesse breve relato, pouco, ou quase nada foi dito de esclarecedor quanto à efetiva atuação do Poder Público nesse importante setor.

Que o Estado possui um contingente de aproximadamente 100 mil funcionários públicos, e, conseqüentemente, perto de 400 mil dependentes mantêm vínculos, de maneira indireta com a administração, não é novidade.

Quanto à consolidação do modelo de gestão de Recursos Humanos, com a devida vênia, não bastam apenas três pequenos tópicos para definir a política operacional do cadastro já elaborado pela gestão anterior, recorrendo sobre métodos de análise das necessidades de pessoal das organizações públicas e aprimoramento que se deseja dar aos métodos de recrutamento, seleção e integração funcional dos servidores públicos.

Diz-se, portanto, dos fins, mas omite-se o principal, justamente num Plano de Lei da natureza do presente, que são justamente os meios.

A explanação do Subprograma 5.5., finaliza com o título "desenvolvimento e valorização dos servidores públicos".

Acredito que, realmente, "a política de remuneração do trabalho a vigorar na administração pública estadual terá como prioridade a satisfação das necessidades dos servidores".

Os verbos, grifados, estão muito bem empregados no tempo futuro, pois, no presente, nem a necessidade básica na alimentação, com os parcos vencimentos que estão sendo pagos pelo Governo do Estado a seus servidores, está sendo suficientemente suprida.

A elevação do nível de produtividade, ao que parece, jamais poderá ser alcançada com a atual política de baixa remuneração e achatamento dos níveis salariais que vem sendo implantada há vários anos em nosso Estado.

Por outro lado, de que vale programar-se a construção de creches, se os servidores não podem arcar com a manutenção de sua prole? De que vale a concessão de empréstimos se ele não poderá pagar sequer o principal, quanto mais os juros, por menores que sejam suas taxas?

Fala-se muito, nesse bonito Projeto de Lei, em dinamização, ampliação, ou mesmo desenvolvimento, mas, peca todo o Plano, pela fragilidade dos números apresentados para a execução dessa utopia generalizada.

Tomando-se por exemplo o resumo de despesa prevista para o setor da administração de Previdência e Assistência, dentro das atividades do Instituto de Previdência do Estado, observaremos que o total geral das fontes de recursos para aquela área acusam as cifras de Cr\$ 86.548.000 para 1980; 87.740.000 para

1981 e Cr\$ 89.483.000 para 1982. Esses números acusam a elevação do ridículo percentual de aproximadamente 1,5% (um e meio por cento) de 1980 para 1981 e de aproximadamente 2% (dois por cento) de 1981 para 1982, para sua administração.

E, assim se apresenta toda a programação para o custeio dos trabalhos que deverão ser desenvolvidos pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, no próximo triênio.

Isso vale dizer, que a estrutura administrativa do Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.) será praticamente a mesma para todo aquele período. Caso permanecesse estável o número de servidores nos próximos três anos e assim fosse exequível tal Programação do Governo, ela jamais poderia programar a procriação e o conseqüente aumento de dependentes de segurados, cujos índices superarão em muito as taxas de 1,5% e 2% prevista para "ampliação" dos serviços administrativos, segundo o próprio índice de crescimento populacional apresentado em vistoso gráfico, na exposição de motivos que acompanha este anteprojeto.

E, assim se apresenta toda a programação para o custeio dos trabalhos que deveriam ser desenvolvidos pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos nesse triênio.

Para comprovar sua total irreabilidade, ainda que se considere para efeito de análise os "preços" de 1980, basta fazermos idêntico cálculo em relação à destinação total de verbas para essa importante Secretaria de Estado:

Cr\$ 1.290.037.000 para 1980;

Cr\$ 1.336.432.000 para 1981 (+ 3,8%);

Cr\$ 1.387.673.000 para 1982 (+ 3,8%).

À "expansão", "desenvolvimento", etc. dedicou-se uma "fabulosa" majoração de 3,8% (três vírgula oito por cento) ao ano, na previsão de seu custeio!

Com essas pequenas amostragens, fica evidenciado que na realidade, o Orçamento Plurianual nada diz...

A programação de Governo é totalmente inexistente, e a apresentação dos números, completamente irreal, quando não utópica, no que diz respeito aos auxílios por parte do Governo Federal, ao qual uma Lei Estadual nada pode impor.

Com a devida vênia, ao Orçamento Plurianual poderiam ser acrescentados e perfeitamente identificados os meios para que a "FIDEPAR" (já que existe nos planos do Governo há muito tempo) pudesse ser executora das atribuições que lhe foram conferidas por Lei recentemente editada, mas, dentro de tempo hábil para constar de qualquer previsão orçamentária, principalmente abrangendo quase todo o período de governo que ora se instala em nosso Estado.

Não constatei, também, qualquer referência a uma futura Reclasseificação de Cargos dos Servidores Públicos Estaduais, o que é praticamente inconcebível, dada a insistência com que sua implantação vem sendo divulgada.

O aumento de pessoal ou uma classificação que melhore seu nível de produtividade, são fatores citados apenas superficialmente, mas, que, se realmente levados a efeito, resultarão, inevitavelmente, em majoração da despesa num índice bem maior do que aqueles previstos nos percentuais de apenas 3,8% de variação de 1980 para 1981 e de 1981 para 1982.

Enfim, faltou inserir-se nesse Plano de Lei, primeiramente, números reais e, dentro da programação de Governo na área de Recursos Humanos, a previsão para a Reclasseificação Geral de Cargos, melhoria de qualificação do Pessoal e adoção da Ascensão Funcional através de Processos Seletivos Internos ao lado dos concursos públicos e outras formas de admissão e seleção dos Servidores do Estado, além das despesas decorrentes da reformulação do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, pois, no futuro, fatalmente surgirão os benefícios do 13.º salário e dos reajustes semestrais dos vencimentos, praticamente já implantados na área Federal.

Essa, a análise sucinta que retratei no tocante à Programação do Governo para os trabalhos da Secretaria de Estado dos

Recursos Humanos e dos meios destinados para o cumprimento de suas finalidades no próximo triênio.

#### V - CULTURA E ESPORTE AO PARANAENSE

Já na esfera da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, o Orçamento Plurianual de Investimentos, estabelece, para esta Secretaria, um total de Cr\$ 879.400.000 (oitocentos e setenta e nove milhões e quatrocentos mil cruzeiros), assim especificados: 268.000.000 para 1980; 296.970.000 para 1981 e 314.430.000 para 1982.

É fundamental que sejam fixados critérios, principalmente no tocante à faixa de prioridade, observando a atuação em regiões onde o subdesenvolvimento esportivo e cultural é mais acentuado. Toma-se importante também, que a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte seja um canal de atendimento, sem crivos políticos ou de interesses eleitorais.

O Estado do Paraná já viveu períodos marcantes na Cultura e no Esporte.

Hoje, nota-se, de maneira clara e inequívoca, que os valores e as conquistas vão desaparecendo, justamente por falta de uma infra-estrutura básica, racional e voltada para a faixa etária mais carente, isto é, dos 8 aos 15 anos. O Paraná revela, de maneira esporádica, valores que passam despercebidos, por não encontrarem apoio moral e financeiro para o desenvolvimento e aprimoramento.

Há que ser dinamizado o desporto amador, amparando as competições esportivas, construindo parques recreativos e praças de esportes, nas regiões mais carentes, cabendo ao Legislativo a fiscalização do cumprimento dessas metas, sem esquecer da implantação de centros culturais, de teatros, de conservação do patrimônio histórico e criação de manutenção de bibliotecas.

#### VI - ADMINISTRAÇÃO

Passo a análise dos investimentos a serem efetuados pela Secretaria de Estado da Administração, a qual receberá no exercício de 1980 a importância irrisória de Cr\$ 280.405.000 (duzentos e oitenta milhões e quatrocentos e cinco mil cruzeiros), importância esta que sofrerá, acréscimo paliativo durante os exercícios de 1981 e 1982, pois a taxa de crescimento nos referidos exercícios é insubsistente, como poderemos observar no resumo geral da despesa por projetos e por atividades.

Note-se que, deste total, somente em obras públicas serão consumidas, nada mais nada menos que, Cr\$ 153.800.000 (cento e cinquenta e três milhões, oitocentos mil cruzeiros) o que significa 60% aproximadamente do total previsto, e que deste total somente serão aplicados 73.800.000 (setenta e três milhões e oitocentos mil cruzeiros) em construção e ampliação de prédios públicos e, o saldo na melhoria dos já existentes.

Sendo assim, entendo que o "Orçamento Plurianual de Investimentos" no que tange a Secretaria de Administração é sem dúvida nenhuma um amontoado de números que não espelha a atual realidade de nosso Estado, pois somos sabedores e conhecedores que o investimento a ser feito nesse triênio pelo órgão é totalmente insubsistente não atendendo a demanda das necessidades governamentais.

Assim, reafirmo que a demonstração do presente orçamento plurianual de investimentos, é simplesmente gráfica e não alude aos princípios fundamentais para uma análise mais detalhada e profunda, deixando ao Poder Legislativo duas alternativas: aprová-lo como foi recebido, ou discutir somente o que graficamente foi apresentado.

#### VII - EDUCAÇÃO: MAIOR PRIORIDADE

No que tange à Educação, aquinhoadas com parcela preponderante neste plano, deve ser considerada como meta prioritária, haja vista a crescente preocupação já demonstrada pelo Poder Executivo em relação à valorização do Homem.

No entanto, é necessário reconhecer-se que, face o atual estágio da educação paranaense, os recursos alocados neste setor

mostram-se insuficientes ao atendimento das necessidades da população em idade escolar, necessitando, isso sim, muitos e maiores investimentos nesta área, que possam justificar, futuramente, o ufanismo até desmedido, de nos considerarmos em posição avantajada, neste setor, em relação aos demais Estados da Federação.

#### VIII - APOIO INTEGRADO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL

O Plano de governo acentua a necessidade de apoio integrado ao pequeno produtor Rural, tendo em vista a objetivação de promoção social, enquadrada entre as metas imediatas a alcançar neste período.

Como já referido, notou-se a grande preocupação em relação à valorização humana, visando a elevação da renda real pessoal, à geração de novos empregos, à distribuição da renda e à dinamização do mercado interno, procurando fixar o homem em sua propriedade agrícola e, de consequência, desestimulando o êxodo improdutivo para as grandes populações.

Resta esperar-se que, com a concretização desta intenção, desapareçam os cancores sociais mais conhecidos como "bóias-frias", contingentes formados de pequenos produtores que, de um momento para o outro, desestimulados e desamparados perderam suas terras.

Que estas intenções não fiquem no papel e dele saiam para, efetivamente, estimular associativismo e cooperativismo, prestar assistência técnica ao pequeno produtor rural; fornecer insumos necessários à pequena agricultura; estender a infra-estrutura de serviços essenciais ao meio rural; propiciar condições melhores de sobrevivência, garantindo a aquisição dos excedentes de produção, dando o necessário apoio à empreendimentos ligados ao ramo avícola e a pecuária.

#### IX - O PLANO PLURIANUAL & A SITUAÇÃO DO CAMPO

Compete-me, especialmente aqui, analisar o aspecto da agricultura, com destaque para o setor mais marginalizado; o produtor rural.

Sem maiores pretensões, eis o questionamento.

Dois grandes e graves problemas do Paraná exigem nossa atenção:

a) - a expulsão do homem do campo para fora de seu meio (indo para os grandes centros urbanos);

b) - o quadro de miséria e marginalização em que vive a maioria do nosso povo; nas áreas rurais abandonadas pela segurança social e na periferia das grandes cidades.

Esse quadro nos aproxima, num país pobre, dos mais pobres estados da Federação;

c) - somos um Estado fundamentalmente agrário e acen-tuadamente agrícola;

d) - somos um Estado em pauperização e reversão demográfica.

Ante tal angustiante realidade, indaga-se:

a) - Como o Governo atual do Paraná poderá resolver o grave problema da expulsão do homem do campo?

- O problema do empobrecimento e êxodo rural do pequeno proprietário, do trabalhador rural?

- O problema da instabilidade do sistema produtivo?

- E como poderá garantir a produção, com produtividade suficiente?

b) - Como poderá o Governo do Paraná definir uma política urbana que ofereça e garanta condições de vida à população que se instala na periferia das cidades em busca das condições de trabalho? Escorraçadas do campo e atraídas para a vida moderna?

c) - Como poderá o Governo do Estado agir na questão da terra? Além da legalização de posses? Afinal, são 470 mil pequenas ou médias propriedades rurais? Como se posiciona o Governo quanto a concentração da terra? A favor ou contra? Há

plano definido sobre a questão?

d) — E quanto ao modelo de produção? Vê-se que toda política rural do governo vem acelerando um modelo de produção, de financiamento e crédito e de comercialização que leva todos os produtores rurais na mesma direção: produção extensiva (monocultura) e intensiva (técnica) para o mercado externo, e alguns estímulos insuficientes aos produtos sem atração no mercado internacional. Com essa política, os monopólios internacionais e nacionais é que decidem distribuição e preços, tanto ao produtor (associado com o governo) como ao consumidor (às vezes com intervenção do governo).

Neste sentido, o que propõe o Governo do Estado?

Quais as ações programadas para alterar tais situações?

Os organismos de apoio e assistência rural do Paraná funcionam cada vez mais ajustados a tal política global, aos interesses monopolistas, passando a estimular — direta e indiretamente — o mau uso da terra; definindo a produção, a maneira de produzir ou de criar, a utilização de máquinas, implementos e insumos. E os estudos existentes sobre agricultura natural?

Como se quer atender o trabalhador rural, quando a política econômica é dirigida contra seus interesses e aos próprios interesses nacionais.

Ao lado de quem fica o Governo? Do povo, do produtor e trabalhador rural? Ou ao lado do Governo Federal e do sistema espoliativo e multinacionalista?

Há que se definir.

E no PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS está evidente que, para demonstrar uma boa imagem e boa vontade, o Governo Estadual diz que a meta é o homem, vai aumentar a renda pessoal do paranaense, vai se dedicar ao grande problema social que temos, que é o empobrecimento do homem do campo.

Mas, aí inicia-se a grande contradição: como atender a tais desafios sociais, ao mesmo tempo em que as diretrizes do governo estão obrigatoriamente, — e assim fica admitido — atreladas ao Plano Federal? Entre a política federal da agricultura e às necessidades do produtor há um choque inevitável e violento.

#### X — APOIO AOS MUNICÍPIOS E TRANSPORTE

No que se refere ao apoio e assistência aos municípios, embora pretenda o governo até os repasses a fundo perdido e a viabilização de créditos especiais, suprimindo a atual sistemática de convênios que se constatou ser altamente onerosa aos municípios, permaneço na expectativa de que os Prefeitos não continuem sendo submetidos a uma humilhante maratona de deslocamentos à Capital em busca de recursos que lhe são de direito.

Qual o processo a ser utilizado?

Outro ponto a ressaltar é a não especificação do Plano Estadual de Transportes dentro da sistemática do Orçamento Plurianual de Investimentos, levando ao quase esquecimento o que deveria continuar sendo de vital importância para a necessária integração estadual.

#### XI — CONCLUSÃO

Creio ter-me desincumbido da árdua tarefa de relatar o Orçamento Plurianual de Investimentos, trazendo a lume alguns esclarecimentos a respeito do que encerra o dito documento, até porque o impressionante labirinto de números, tabelas e cifras intencionalmente não nos permitiu uma melhor observação.

Sem embargo de reconhecer o abnegado e ingente esforço de todos aqueles que cooperaram para a elaboração do Diploma Legal em causa, forçoso é que se diga constituir-se uma série de projeções e números muito pouco fáceis de ser decifrados.

Lamentavelmente a legislação vigente é a grande responsável pela transformação do Orçamento plurianual em peça de excessiva complexidade.

Disso resultou a necessidade de redobrar energias afim de comentar alguns dados, na esperança de que possam os mesmos oferecer esclarecimentos e um alerta aos dignos Pares desta Casa Legislativa.

#### XII — PARECER

Indiscutivelmente, o documento analisado atende às normas legais e constitucionais que regem a sua elaboração, dentro da estrutura programática global a que se propõe.

Procura demonstrar as metas a que se predispõe o executivo estadual sem, verdadeiramente, esboçar seguramente a concretização do Plano.

Há que ressaltar o tecnicismo, às vezes exagerado, aplicado à sua elaboração, o que deu azo as nossas críticas.

Pelo exposto e considerando a rígida e complexa legislação em vigor aliada à exiguidade de tempo oferecido para o melhor detalhamento da análise e tendo em conta, principalmente, o propósito de não entrar, pelo menos em tese, a administração do estado,

HEI POR BEM,

opinar de modo FAVORÁVEL à provação do presente Projeto de Lei, valendo-me do pressuposto da eventual boa intenção do Poder Executivo, no encaminhamento das diretrizes governamentais.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1979.

a) ANTÔNIO FACCI

Relator